



Roberto Simonsen e os desafios do protecionismo na via colonial

Roberto Simonsen and the challenges of protectionism in the colonial way

Matheus Pires Matos¹

RESUMO: O objetivo deste artigo será apresentar o protecionismo do autor brasileiro Roberto Simonsen, com enfoque na sua adaptação às necessidades do Brasil. Com este intuito o trabalho será dividido em duas partes, na primeira apresentaremos as mudanças que ocorreram após a Segunda Revolução Industrial e suas implicações no desenvolvimento das antigas colônias de exploração. Por fim, trataremos da teoria de Simonsen, cuja principal bandeira é a defesa do protecionismo e da planificação como forma de superar os entraves ao desenvolvimento. O tópico passará pelo seu diagnóstico dos problemas que enfrentavam a sociedade nacional, assim como as soluções apontadas.

Palavras-chave: Roberto Simonsen; protecionismo; industrialização.

ABSTRACT: The aim of this article will be to present the protectionism of the Brazilian author Roberto Simonsen, focusing on its adaptation to the needs of Brazil. With this in mind, the work will be divided into two parts, in the first one we will present the changes that occurred after the Second Industrial Revolution and its implications for the development of former exploration colonies. Finally, we will deal with Simonsen's theory, whose main banner is the defense of protectionism and planning as a way to overcome obstacles to development. The topic will go through its diagnosis of the problems facing the national society, as well as the solutions pointed out.

Keywords: Roberto Simonsen; protectionism; industrialization.

1. Introdução

A formação econômica brasileira é marcada pela colonização na qual o país esteve submetido durante séculos, em um processo no qual suas riquezas eram drenadas para exterior e serviam de base para o desenvolvimento industrial das nações do centro do sistema capitalista. Devido a isso sua estrutura social e econômica foi organizada para

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Email: matheusmattosp.mp@gmail.com



atender interesses alheios às suas necessidades de desenvolvimento, isso mesmo após a sua independência formal.

Como resultado, o Brasil se organizou em uma base produtiva incapaz de fornecer à maior parte de sua população os recursos indispensáveis para seu bem-estar e cujo rompimento enfrentava diversos desafios. Este artigo tem como intuito resgatar o pensamento de Roberto Simonsen, autor que buscou saídas para o subdesenvolvimento brasileiro recorrendo à tradição do protecionismo industrialista. Entretanto, sua teoria não será apenas um resgate do protecionismo, mas sim, sua atualização para o contexto de um país de origem colonial, especializado na produção agroexportadora e cujo desenvolvimento ocorreu na fase monopolista do capital.

Para atender a esse objetivo o artigo será dividido em duas partes, na primeira apontaremos os desafios que enfrentam as economias subdesenvolvidas em seu desenvolvimento. Na segunda parte trataremos sobre o protecionismo de Roberto Simonsen e mostraremos como ele adapta essa prática aos limites e possibilidades de uma nação de formação colonial.

2. A fase monopolista e o capitalismo de via colonial

As transformações que ocorreram durante os primeiros anos da segunda metade do século XIX abriram espaço para o capitalismo superar o período concorrencial, com a formação de uma nova estrutura de organização. Houve a emergência de novas nações industriais como a Alemanha, os Estados Unidos e a França que se tornaram desenvolvidas e passaram a rivalizar com a Inglaterra.

Esse desenvolvimento só foi possível mediante as particularidades do capitalismo concorrencial, que possibilitou um processo de irradiação do progresso técnico do polo hegemônico para esses países. A introdução de formas de produção avançadas causou um processo de homogeneização que destruiu as formas arcaicas, ao mesmo tempo estimulou e generalizou traços análogos ao do capitalismo originário. Esse processo ficou concentrado na Europa, berço do capitalismo, e em suas colônias de povoamento (como foi o caso dos Estados Unidos) que recebiam capitais individuais dos europeus que migraram e levavam consigo o sentido de construir uma nova Europa (PRADO JR, 1961a, PRADO JR, 1961b).



Estes países seguiram o mesmo caminho iniciado pela Inglaterra no fim do século XVIII e princípio do XIX, com a especialização em atividades que proporcionam uma utilização mais eficiente dos recursos produtivos através da incorporação do progresso técnico. Formou-se então o centro do sistema capitalista, que passa a ser o polo gerador de avanços técnicos, ao mesmo tempo que foi reforçada uma outra face do sistema, o subdesenvolvimento. Os países subdesenvolvidos, apesar de participarem do processo de formação do capitalismo, ocuparam uma posição que não ocasionou um processo de homogeneização social (FURTADO, 1980).

Sua estrutura social e econômica foi criada sem uma base nacional que possibilitasse a formação de um verdadeiro Estado-Nacional, com isso sua dinâmica interna passa por objetivos estranhos às suas necessidades e relacionados aos interesses dos países dominantes. A falta de um projeto de construção nacional impossibilitou um desenvolvimento que rompesse com as raízes coloniais, que vão do terreno econômico e passam pela transformação cultural com a inclusão do povo no processo de decisão. Entretanto, não se pode tratar os países subdesenvolvidos como um bloco homogêneo, devido às suas especificidades que são fruto das diferenças que ocorreram em seu processo de formação (JURGENFELD, 2018; PRADO JR, 1961b).

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são duas faces de um mesmo processo, que variará de acordo com as circunstâncias históricas em que o sistema está submetido. A área subdesenvolvida foi formada nas regiões que serviram de colônia de exploração, ou semicolônias, durante o processo de acumulação primitiva e permaneceram em uma posição periférica e complementar. Isso aconteceu, entre outros motivos, devido ao momento histórico em que o capitalismo alcança esses países, ao contrário do que ocorreu em outras nações do centro, os subdesenvolvidos serão incorporados no momento em que o capitalismo atingiu sua fase monopolista (FURTADO, 1980, PRADO JR, 1961b).



A transição para o capitalismo monopolista, ou imperialista², que ocorreu durante a crise de 1873³, finalizou a etapa concorrencial e iniciou um novo padrão de desenvolvimento capitalista. Houve um aumento da concorrência pelos mercados subdesenvolvidos como consumidores das mercadorias manufaturadas do centro e para o fornecimento de matérias primas. A região subdesenvolvida também passou a ser receptora do capital sobreacumulado no centro e que não encontrava espaço para ser aplicado de forma lucrativa (OLIVEIRA, 2004; LÊNIN, 2011; PRADO JR, 1961b).

Entretanto, essa exportação de capital não ocorreu da mesma maneira que durante o período concorrencial, seu objetivo não era o financiamento de empresas nacionais, com a manutenção da remuneração do capital nas mãos dos proprietários nacionais e o desenvolvimento interno do país receptor. O envio tinha como objetivo a criação de recursos que serão posteriormente reincorporados pelas nações emissoras, deixando apenas uma fração nas mãos da elite interna (LÊNIN, 2011; PRADO JR, 1961b).

Para atender a esse propósito, os capitais deveriam ser concentrados em países já introduzidos no circuito internacional e que possuíam elementos que possibilitasse o desenvolvimento da acumulação. Também se concentraram nos setores com capacidade de criar divisas para remeter o lucro para o centro em um segundo momento. Nos países subdesenvolvidos o único setor capaz de cumprir essa função era o agroexportador, o que fez com que a especialização agrícola fosse reforçada (PRADO JR, 1961b).

Logo, a remuneração aconteceria por intermédio do ajuste da relação entre o coeficiente de importação e exportação, para assim criar um saldo na balança comercial. A especialização ainda foi potencializada em momentos de baixa no mercado agroexportador, pois a entrada de máquinas e bens de consumo eram restringidos para que não prejudicasse o pagamento do capital externo. Com isso se criou um obstáculo

² Lênin (2011) usa o termo imperialismo e monopolismo como sinônimos, sendo ambos uma fase superior do capitalismo. Para melhor compreensão ler: LÊNIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. e HOBBSAWM, E. J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 2007.

³ Entre 1873 e 1896 a economia mundial enfrentou uma depressão ocasionada pela dificuldade na realização da produção, esse processo foi acompanhado por um período de deflação de 40% e uma queda na taxa de lucro. O setor agrícola foi o maior prejudicado, o aumento da produção anteriormente inundou o mercado mundial causando uma queda nos preços que atingiu tanto os países desenvolvidos como os agroexportadores de forma drástica (HOBBSAWM, 2007).



para a modernização da produção que ficou dependente das exportações para gerar capacidade de importação (PRADO JR, 1961b).

Outro problema são as transformações que a Segunda Revolução Industrial trouxe para o processo produtivo, que tornou ainda mais difícil a industrialização nacional nos países atrasados. Isso devido a criação de diversas tecnologias que exigiam um maior conhecimento científico, o que tornou a migração de trabalhadores fabris (como foi feito durante o período concorrencial) menos eficaz para a incorporação de alta tecnologia. Além de aumentar o tamanho da escala mínima de produção e do investimento inicial, dada a necessidade da instalação de indústrias siderúrgicas, energéticas, química pesada e eletroeletrônica (OLIVEIRA, 2004; AURELIANO, 1999).

Na industrialização retardatária, os obstáculos a transpor se tornam muito mais sérios. Já não se tratava de ir aumentando, a saltos mais ou menos gradativos, as escalas de uma indústria existente, como ocorreu durante a Segunda Revolução Industrial. Ao contrário, o nascimento tardio da indústria pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume do investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que era controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados (MELLO, 1991, p. 112).

Os países subdesenvolvidos então possuíam um duplo problema: lidar com uma estrutura interna arcaica, herdada da colonização, e o estágio monopolista que impôs limites ao progresso nacional. Para poder se equiparar aos países do centro, a indústria nacional passa a necessitar de uma infraestrutura significativa com uma grande concentração de capital. Devido a isso a implantação ficou restrita aos setores que ainda preservavam um padrão tecnológico da Primeira Revolução Industrial, ou seja, que exigiam uma menor quantidade de capital e cuja aquisição era possível. (AURELIANO, 1999).

A sua implementação ficou concentrada em setores ligados à produção agroexportadora, com o comércio exterior atuando como um motor de difusão das inovações criadas no centro. Entretanto, em um processo que não promove um desenvolvimento por não alterar a estrutura social, ao contrário, se alimentar dela. Esse é caso do Brasil, que inicia um processo de avanço das forças produtivas a partir da segunda



metade do século XIX, com o complexo exportador cafeeiro que mantém por muito tempo o latifúndio escravista do período colonial e o tem como forma de garantir a sua lucratividade (FURTADO, 1980).

O desenvolvimento nacional a partir deste ponto passa a ter significativos obstáculos impostos não apenas pelos problemas de uma estrutura social e econômica anacrônica, mas também pelo estágio do próprio capitalismo. Além de ter que se defrontar com os interesses econômicos dos países centrais que disputavam seus mercados como forma de ampliar o seu processo de acumulação.

O Estado, que anteriormente já possuía um papel importante para o desenvolvimento, passa a ser ainda mais vital nos países subdesenvolvidos. Agora terá que lidar não apenas com a concorrência estrangeira e dar suporte ao crescimento das indústrias, mas também enfrentar os interesses econômicos das nações imperialistas. Que passam a disputar os seus mercados de forma mais acirrada e com objetivos que ultrapassam a compra e venda de mercadorias. A reestruturação capitalista passa a exigir uma política econômica que vá além da proteção contra o mercado estrangeiro, mas que também altere o papel desempenhado pelo país na divisão internacional do trabalho e mude a sua estrutura econômica e social.

No Brasil a elaboração de tal política encontrará um forte representante na figura do engenheiro Roberto Simonsen, que foi líder do movimento industrialista no início do século XX e um teórico do desenvolvimentismo. Simonsen defendeu a superação do subdesenvolvimento a partir da industrialização induzida pelo Estado por meio de uma política protecionista e do planejamento econômico.

3. Simonsen e a industrialização brasileira

A defesa do protecionismo ganhou maior força no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial e encontrou um importante representante na figura do líder industrialista Roberto Simonsen. Autor cuja trajetória é marcada por ações que visavam, entre outras coisas, o desenvolvimento brasileiro através do processo de industrialização, que na sua visão seria capaz de superar os problemas sociais e econômicos do país.

O contexto em que Simonsen estava inserido foi muito fértil para a sua formação devido às grandes transformações que ocorreram no contexto internacional, como a crise de 1929, que colocou o liberalismo econômico em xeque e provocou um



fortalecimento de teorias nacionalistas. Assim como a popularização do planejamento econômico, que surge como uma política de industrialização na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)⁴ e como forma de recuperação da crise de 1929 nos Estados Unidos (HOBSBAWM, 1995).

Além das influências externas, o contexto nacional também foi de suma importância para o desenvolvimento teórico de Simonsen, com a constatação da fragilidade de uma economia especializada durante a crise do café. Assim como a sua atuação profissional⁵ como engenheiro na construção de quartéis e casas populares em diversos Estados, que o possibilitou ter contato com o nível de pobreza que estava submetida à população brasileira⁶ (LIMA, 1978; LIMA, 1976).

A percepção do estado em que se encontrava o Brasil o tornou um estudioso das questões nacionais, sobretudo as que se relacionavam com a economia. Mas Simonsen não se limitou a conhecer os problemas, também buscou soluções e para isso fundou o Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho para a divulgação da administração científica, ajudou na formação da Escola de Sociologia e Política⁷ com o objetivo de formar uma elite apta a conduzir o país à prosperidade, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para o ensino técnico dos operários e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) (LIMA, 1976; RODRIGUES, 2005).

Na CIESP e na FIESP alcançou grande notoriedade e se projetou como líder do movimento industrialista, sua atuação representou uma renovação tanto em relação às lideranças como no pensamento econômico brasileiro. Simonsen foi quem organizou a classe industrial durante a grande depressão de 1929, em um contexto de transformações

⁴ A URSS surgiu após a Revolução de Outubro de 1917 no Império Russo com a deposição do governo czarista seguida de uma guerra civil vencida pelos socialistas bolcheviques liderados por Lênin. Essa foi a primeira experiência de um socialismo real, que através do uso do planejamento econômico esteve em pleno crescimento e colocou o modelo de desenvolvimento capitalista à prova. O fato desses países não serem afetados pela crise, o sucesso dos seus Planos Quinquenais em promover uma industrialização maciça de forma rápida e a falta de resposta para a crise fez ganhar força teorias até então rejeitadas por se contrapor a corrente dominante e até mesmo surgir novas (HOBSBAWM, 1995).

⁵ Simonsen trabalhou como engenheiro na empresa *Southern Brasil Railway*, na Prefeitura de Santos como diretor geral depois engenheiro chefe da Comissão de Melhoramentos do Município de Santos, criou a sua própria empresa, a Companhia Construtora de Santos que futuramente foi expandida para outras áreas (LIMA, 1978; LIMA, 1976).

⁶ O segundo empreendimento foi frustrado pela baixa capacidade aquisitiva da população (LIMA, 1978).

⁷ Sua participação não ficou restrita a fundação, também ocupou a cadeira de professor da disciplina de História Econômica do Brasil que resultou em um livro com o mesmo nome (LIMA, 1976).



que colocou os industrialistas em várias agências econômicas governamentais (LUZ, 1978; BIELSCHOWSKY, 2004).

Bielschowsky (2004) coloca Simonsen como o maior industrialista do país e um dos grandes ideólogos do pensamento desenvolvimentista, corrente do pensamento econômico brasileiro e latino-americano que atribui a industrialização a capacidade de solucionar o atraso e a pobreza nacional. Devido a sua morte em 1948 não foi possível a sua participação durante todo o debate desenvolvimentista, mesmo assim deixou um valioso legado ao aprimorar e divulgar de forma militante o projeto de construção do Estado Nacional brasileiro.

Também introduziu debates que são atribuídos a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada no ano de sua morte. Simonsen ainda em 1928 antecipou a elaboração e discussão de temas importantes, como a questão do planejamento econômico, a importância do protecionismo para a industrialização e o desenvolvimento de países atrasados, além da deterioração dos termos de troca no comércio entre países agrários e industriais (RODRIGUES; JURGENFELD, 2020).

Simonsen ([1939] 1973; [1928] 1973) percebeu que a pobreza era o maior mal que afligia o Brasil, por comprometer a capacidade de consumo de dois terços da população, uma fração que ficou excluída de todo o progresso da economia e que manteve um padrão de vida em nível de subsistência. Na sua visão uma das raízes deste problema era a especialização agrícola, que limitava o país a setores de baixa produtividade e que possuíam trabalho precário com uma remuneração que comprometia o bem-estar social.

A capacidade técnica e produtiva era em sua maioria ineficiente e inadequada, com uma evolução em ritmo insuficiente para atender as necessidades da população. O avanço da produtividade nacional foi barrado pela falta de elementos importantes como: a ausência de indústrias básicas como a de combustíveis, insumos minerais e agrícolas; escassez de mão de obra especializada e a debilidade do sistema de transporte. Devido a esse motivo a iniciativa privada é incapaz de crescer e elevar a renda nacional, além de promover o crescimento do bem-estar social para todas as classes com o aumento da cultura e da educação (SIMONSEN, [1944a] 1973; [1945] 1973).

Simonsen ([1939] 1973) identificou a origem dos problemas nacionais a partir de duas dimensões, a primeira estava relacionada com o papel que a região latino-americana ocupou historicamente na divisão geográfica da economia mundial. Como



colônia portuguesa foram impostas diversas restrições à atividade econômica, entre elas estava a imposição da especialização na produção de produtos agrícolas e a proibição do estabelecimento de manufaturas.

Por pressões externas, mesmo com o fim das restrições do estatuto colonial em 1808, foi adotada uma política livre cambista que seguia a ordem internacional ditada pelas nações industriais. O comércio exterior brasileiro continuou a seguir essa configuração mesmo após a sua independência, devido a motivos fiscais e o favorecimento da agricultura, neste ponto está a segunda dimensão do problema brasileiro que é relacionado aos condicionantes internos (SIMONSEN, [1939] 1973). Para Simonsen ([1939] 1973) em nenhum momento da história do Brasil houve a implantação de uma política com o objetivo de estimular a industrialização e o avanço das técnicas produtivas.

Em sua visão, a baixa capacidade técnica e a precariedade do trabalho eram fatores determinantes para a manutenção do atraso brasileiro. No seu entender, para que o Brasil alcançasse o grau de desenvolvimento de países como Inglaterra e Estados Unidos, era vital que ocorresse um aprimoramento da sua estrutura produtiva com a ampliação da sua produtividade. Entretanto, para que isso fosse possível era necessário o apoio do Estado por meio de sua ação planejadora e protetora, com a criação de um ambiente favorável ao sucesso deste processo (SIMONSEN, 1973).

Simonsen (1973), por esse motivo, se dedicou à defesa da prática do protecionismo e da planificação para a economia brasileira como forma de melhorar a estrutura econômica e social. Sua defesa estava intimamente ligada à compreensão dos malefícios que o liberalismo causa às economias agrícolas e as vantagens que a indústria proporcionava ao mercado interno.

Em sua visão um dos motivos que impedia o desenvolvimento brasileiro era o fato de o país adotar o liberalismo econômico ao longo da maior parte de sua história. Simonsen ([1937] 1973) vê como fundamental a revisão da política externa brasileira, para romper com os interesses dos “impérios coloniais” (SIMONSEN, [1937] 1973, p.71) e promover o mercado interno. A gestão do comércio exterior deveria ser assentada na defesa do mercado interno, pois a manutenção da política liberal tinha como resultado a diminuição cada vez maior das exportações e da capacidade de importação nacional.



O liberalismo conduziu o país a especialização agrícola, que o impediu de gerar riquezas de forma condizente com as necessidades de sua população, o mergulhando em um estado de pobreza. Isso porque ao se dedicar apenas à agricultura, o Brasil se concentrou em atividades em que predominava métodos rudimentares que geravam baixos lucros e salários inferiores. Devido a isso ocorreu uma constante manutenção de problemas sociais e econômicos brasileiros, que mesmo em momentos favoráveis de crescimento mundial não foram superados (SIMONSEN, [1943] 1973).

Também deveria ser abandonado o antagonismo criado no Brasil entre a indústria e a agricultura, alimentado por uma mentalidade que apenas beneficia o capital externo. Em sua visão, a industrialização é uma das questões nacionais mais urgentes, através dela: a lavoura prosperaria com o auxílio da formação de novos capitais, diminuiria os problemas sociais com o aumento da renda, o mercado interno seria revigorado e o bem-estar social seria uma realidade (SIMONSEN, [1937] 1973).

Entretanto, para que isso ocorresse era necessário o uso do protecionismo, para garantir ao mercado interno condições de sobrevivência contra a concorrência dos monopólios estrangeiros. Para Simonsen ([1937] 1973) a história da Inglaterra e de outras nações industriais demonstrava a importância do protecionismo, nenhuma grande nação chegou ao ponto de ser desenvolvida sem antes utilizar o protecionismo industrial.

Na contramão dessa tendência, o Brasil na maior parte da sua história como nação independente, as tarifas alfandegárias estiveram subordinadas a questões orçamentárias. Com isso o protecionismo brasileiro não se traduziu em uma política industrial, mas sim fiscal. Para reverter essa situação, deveria ser colocado em execução uma política aduaneira de defesa da indústria e da agricultura. A prioridade da ação do governo precisava ser concentrada nos bens essenciais para as indústrias, importantes para a defesa nacional, o fortalecimento da economia e a possibilidade de conquistar espaço no mercado externo (SIMONSEN, [1937] 1973).

A expansão da riqueza nacional, na visão de Simonsen ([1943] 1973), ocorreria com a utilização de máquinas e técnicas avançadas que promovessem o aumento do rendimento individual em um nível superior ao consumo e permitisse a acumulação, a formação de novos capitais e a multiplicação da produtividade. Esse crescimento é próprio da indústria, pois é onde ocorre com maior incidência a criação de novos inventos



e formas superiores de organização. Como consequência, onde há indústrias o progresso é maior e o padrão médio de vida da população é mais elevado.

Em países industrializados, onde se tem um maior uso de equipamentos e uma gestão avançada, ocorreu a criação de postos de trabalho com uma melhor remuneração e possibilitou uma participação mais ativa do operariado no progresso (SIMONSEN, [1943] 1973).

A grande indústria, por toda a parte do mundo em que se instala, traz como corolário a melhoria dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social e o aumento da capacidade do consumo. Traz ainda mais, como consequência, a intensificação das relações comerciais, dos meios de transportes e a marcha vitoriosa da civilização. O Parque Industrial brasileiro só pode portanto concorrer para o enriquecimento do Brasil. (SIMONSEN, [1928] 1973, p.57-58)

A industrialização dessa forma era um pré-requisito para que o Brasil melhorasse a qualidade de vida da sua população e alcançasse o nível de desenvolvimento de outras nações. Para Simonsen ([1943] 1973; [1928] 1973) a agricultura também seria beneficiada por meio da introdução de técnicas e administração mais eficientes, entre as vantagens que receberia pode-se destacar: o aumento da produtividade que resultaria em uma melhoria dos salários, redução nos preços dos produtos da cesta básica e o crescimento do poder de compra do trabalhador (SIMONSEN, [1943] 1973; [1928] 1973).

A elevação da capacidade de consumo gerado pela indústria resultaria em um aumento do mercado para as mercadorias fabris, assim como para as agrícolas. Com isso haveria um estímulo em todo mercado interno, pois o incentivo à produção industrial geraria uma ampliação do consumo de matérias primas e a utilização de outros fatores produtivos. O comércio também estaria incluso no processo de crescimento devido ao aumento do poder de consumo, a maior demanda por transações comerciais e a maior variedade de mercadorias e serviços que surgiriam com a industrialização (SIMONSEN, [1944a] 1973; [1944b] 1973; [1943] 1973).

Como não há um antagonismo real entre os três setores, sua cooperação resultaria em um fortalecimento do mercado interno e conseqüentemente no aumento da riqueza nacional. A interligação comercial entre as diversas regiões do país, para o fornecimento de matérias primas e insumos, com a intensificação da indústria,



fortaleceria a economia brasileira como um todo. Cresceria a solidariedade entre as diversas regiões e ocasionaria uma generalização de melhores condições de vida para a população. Dessa forma o mercado interno seria assim a base do desenvolvimento por excelência, ao conduzir o país a um processo de desenvolvimento (SIMONSEN, [1944a] 1973; [1937] 1973).

Com isso, aconteceria um processo de crescimento autossustentado e harmonioso, com a garantia de sua continuidade por se ter um maior controle por parte do governo nacional. Algo contrário ao que acontece em nações agroexportadoras, que não possuem o comando do seu processo de crescimento por sua lógica estar ligada ao mercado externo, ou seja, a sua expansão depende da de outros países. Ancorado no mercado interno o progresso ocorreria de tal maneira que estimularia a melhoria dos transportes, comunicações e transmissão de conhecimentos, que resultaria em uma maior percepção dos problemas nacionais e maior capacidade de resolvê-los (SIMONSEN, [1944a] 1973; [1944b] 1973; [1943] 1973; [1928] 1973).

Para além do terreno econômico, a construção de um mercado interno eficiente era, na visão de Simonsen ([1928] 1973), também uma questão de soberania política. Nações economicamente fracas são facilmente dominadas pelos impérios coloniais” (SIMONSEN, [1928] 1973, p.55) que monopolizam o seu mercado interno com o fornecimento de mercadorias manufaturadas em troca de matérias primas. O estabelecimento de tal relação incorre na manutenção de laços de dependência política e econômica que tendem a perdurar com o constante enfraquecimento da nação menos favorecida.

O motivo dessa dependência para Simonsen (1948] 1973; [1937] 1973) era resultado das trocas desiguais que ocorriam entre as nações agrícolas e as industrializadas, como consequência da elasticidade dos preços das matérias primas que variam muito mais que a dos manufaturados. Por serem mercadorias que podem ser facilmente produzidas por outras nações, até mesmo as industriais, os preços dos produtos agrícolas perdem poder de compra devido à concorrência. Somado a isso estava a pouca diversidade de produtos que poderiam ser ofertados no comércio exterior, com isso o valor das importações ficava acima das exportações, o que ocasionava uma transferência de suas riquezas para fora (SIMONSEN, [1948] 1973; [1937] 1973).



Quando se realizam tratados de comércio entre uma nação fortemente industrializada, e outra, em que predominam, como artigos de exportação, os chamados "produtos coloniais", promovesse de fato a troca de produtos fracamente remunerados, por outros altamente recompensados. Mesmo que se equilibrem, em valor monetário, as balanças de comércio e de pagamentos entre essas nações, o intercâmbio realizado favorece, sem dúvida, o país mais industrializado. (SIMONSEN, [1943] 1973, p. 290)

Outra desvantagem era a determinação dos preços de seus produtos que são definidos pelas nações que possuem maior poder de barganha, que no caso são as industriais que mantêm os países agrícolas dependentes tanto no fornecimento de mercadorias como na compra. A situação ainda se agrava devido aos problemas no balanço de pagamentos que desestabiliza o câmbio e torna ainda mais grave as questões orçamentárias. Como forma de equilibrar as contas públicas são realizados empréstimos com as mesmas nações com quem ficam também dependentes financeiramente (SIMONSEN, [1948] 1973; [1937] 1973).

Com isso a independência política e econômica fica comprometida, com os grandes impérios interferindo nos rumos do país para garantir os mercados que seus produtos necessitam. Fica estabelecida uma hierarquia entre as nações baseada no poder econômico, em que as desenvolvidas ficam no topo e desfrutam de situação privilegiada com a apropriação da riqueza de outros por meio de tratados comerciais. Na base estão os países de economia incipiente, que devido a produção de mercadoria com baixo valor aquisitivo transferem sua riqueza e mantêm altos índices de pobreza (SIMONSEN, [1948] 1973; [1928] 1973; RODRIGUES; JURGENFELD, 2020).

Imbuídas pelo desejo de preservar sua posição privilegiada, as nações desenvolvidas, defendem uma política econômica ancorada em uma igualdade jurídica que não é refletida na realidade. A falsa simetria presente nos acordos propostos por essas nações é baseada no liberalismo econômico, sua adoção resulta em um sacrifício da atividade nacional em proveito das economias desenvolvidas. Os interesses dos países pobres são colocados em segundo plano, com a perpetuação de seus problemas (SIMONSEN, [1948] 1973; [1937] 1973).

Para Simonsen ([1944c] 1973; [1948] 1973) o comércio internacional deveria ser gerido por meio de acordos de cooperação econômica, ou seja, que tivessem como ponto central o auxílio ao crescimento da riqueza nacional através do seu sistema



produtivo e a criação de novos mercados. Com medidas corretivas, as relações internacionais deveriam ter como prioridade diminuir a desigualdade existente entre as nações com a distribuição da riqueza mundial de forma mais justa.⁸

Simonsen ([1944c] 1973; [1943] 1973), apesar de ter compreendido que as nações industriais buscam acordos que apenas as favorece, nutre uma visão positiva sobre a possibilidade de se estabelecer relações de cooperação com as mesmas. Com a disponibilização de recursos para financiar o desenvolvimento e o fortalecimento da economia nacional, em que o pagamento seria condicionado à melhoria da estrutura produtiva nacional. O capital estrangeiro deveria então estar subordinado aos interesses nacionais, com sua aplicação orientada para o fortalecimento e expansão da base produtiva.

A utilização do capital externo como forma de auxiliar o desenvolvimento nacional ocorreria a partir da compreensão dos limites dos recursos internos para a implantação do setor de bens de capital. O entendimento da realidade nacional fez com que Simonsen ([1945] 1973) percebesse que apenas a aplicação do protecionismo não seria capaz de resolver os problemas nacionais. Isso porque o Brasil, para além de uma equiparação, necessitava de uma política econômica que causasse a alteração da estrutura social e econômica herdada da colonização.

Então, Simonsen ([1945] 1973) também defende a criação de um plano de planificação para ser implementado após a Segunda Guerra Mundial⁹, que teria como fundamento a busca pela melhoria da qualidade de vida da população e a promoção de uma estrutura econômica estável que garantisse a segurança no plano internacional. Por

⁸ Simonsen ([1944a] 1973) aqui se coloca contrário à alteração dos acordos comerciais do Brasil com a Europa para o fornecimento de mercadorias manufaturadas, para firmar com os Estados Unidos seguindo os mesmos termos. Uma mudança desse tipo apenas traria benefícios aos americanos que teriam um aumento do seu saldo de exportações, mas sem proporcionar melhorias na estrutura produtiva nacional.

⁹ De acordo com Hobsbawm (1995) a Segunda Guerra teve entre as suas causas a incapacidade dos acordos criados durante a primeira de criar uma base sólida para a manutenção da paz entre as potências imperialistas. Vinte anos após início do primeiro conflito eclode um novo, os termos do Tratado de Versalhes desde o início se mostravam ineficazes devido à complexidade em que foi submergida a economia e a política europeia.

Havia uma forte preocupação em conter o regime revolucionário de origem russa que se colocava como alternativa aos impérios capitalistas, também era necessário controlar a Alemanha que sozinha quase derrotou os Aliados. O sentimento anticomunista, aliado ao revanchismo alemão e os problemas sociais criados pela guerra, juntos a outros fatores deram origem aos regimes fascista e nazista que se colocavam como uma alternativa a democracia liberal e ao socialismo bolchevique, além de serem responsáveis pelo estopim do segundo enfrentamento (HOBSBAWM, 1995).



meio dele seria feita a equiparação do Brasil com as outras nações desenvolvidas, se colocaria fim ao atraso nacional através da melhoria da produtividade do trabalho e o melhor uso dos recursos naturais (SIMONSEN, [1944a] 1973; [1945] 1973).

Para atingir esses objetivos o fundamento central de todo planejamento deveria ser a industrialização, que não poderia estar dissociada em nenhum momento da modernização agrícola e do comércio, cujo aperfeiçoamento era de extrema importância para a indústria. Com esse fim, a planificação deveria criar metas de aumento da produtividade e das riquezas em planos quinquenais que seriam cuidadosamente revistos e estariam em guerra constante contra a pobreza e a miséria da população (SIMONSEN, [1944a] 1973; [1945] 1973).

Deveria se retirar os entraves relacionados ao aparato econômico e ao acesso aos recursos naturais que travavam a iniciativa privada, para que com isso a economia crescesse em um ritmo que garantisse o equilíbrio econômico e social. O Estado, juntamente com a classe produtora, teria um papel central nesse contexto com a organização da planificação e a criação de órgãos técnicos. Sua ação não deveria interferir diretamente na economia, mas apenas onde fosse preciso para garantir a criação de uma estrutura que possibilitasse o desenvolvimento da iniciativa privada (SIMONSEN, [1944a] 1973; [1945] 1973).

Simonsen ([1945] 1973) defendeu que o plano contemplasse a criação de indústrias de base, a intensificação da metalurgia de primeira fusão, de ferro, alumínio, magnésio, níquel, ferro-ligas e outros metais menores. Também deveria ser promovida a indústria química com a produção de ácidos minerais como o ácido sulfúrico, clorídrico e azótico, também barrilha, soda cáustica e adubos químicos.

A questão energética foi destacada como importante para a ampliação da produção de carvão, a construção de destilaria para a industrialização do petróleo e a busca pela exploração racional dos recursos naturais. Quanto às indústrias de transformação, deveriam ser priorizadas as mercadorias essenciais (como matérias primas, equipamentos e insumos) e que possuíssem mercado consumidor. A implantação das indústrias deveria ocorrer em regiões que possuíssem matérias prima, disponibilidade de fontes de energia, transportes adequados e estruturas já existentes e que pudessem ser aperfeiçoadas (SIMONSEN, [1945] 1973).



Simonsen ([1945] 1973) também defendeu uma “descentralização produtiva” (SIMONSEN, [1945] 1973, p.106), com a irradiação do parque industrial brasileiro. Essa medida er defendida devido ao fato de as indústrias estarem concentradas predominantemente na região de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Isso aconteceu pois são localidades que desfrutavam de uma infraestrutura criada pelo setor exportador com grande concentração de mão de obra, de capitais e um mercado interno relativamente desenvolvido (COSTA, 1987).

Para se ter uma ideia, apenas a região de São Paulo e do Rio de Janeiro concentravam em 1907 o equivalente a 49% da produção nacional e em 1920 o valor chega a 52%. Estes Estados assistiram um crescimento significativo de suas indústrias que foram de 662 em 1907 para 1.937 em 1929 no Rio de Janeiro, já em São Paulo o aumento foi ainda maior com o salto de 326 empresas em 1907 para 6.923 em 1923 (SILVA, 1976).

Entre os benefícios da descentralização estaria a criação de novos núcleos populacionais, a racionalização e cooperação entre os produtores e o aumento no número de empresas. Também haveria uma melhor distribuição da modernização para as regiões do país que estavam atrasadas com relação à São Paulo, com a multiplicação dos empreendimentos, como resultado a riqueza também seria disseminada de forma eficiente (SIMONSEN, [1945] 1973; LIMA, 1976). Sobre a descentralização Simonsen ([1945] 1973, p. 106-107) escreve:

O estabelecimento de uma orientação descentralizadora da indústria dentro de uma grande política industrial que compreenda um plano sistemático de aproveitamento do maior número de quedas d'água; a exploração intensiva das disponibilidades de combustíveis; a melhoria dos meios de transporte; o aumento, em larga escala, na navegação de cabotagem; uma ampla assistência, técnica e financeira, a todas as iniciativas industriais; a outorga de suficientes garantias à formação de capitais nacionais e à importação de capitais estrangeiros para aplicações reprodutivas; o estímulo ao investimento de capitais nacionais e estrangeiros na indústria; a maior divulgação do ensino profissional; precisos e objetivos acordos internacionais; a ruralização de certas indústrias que se prestem melhor a esse ambiente; tudo isso, aliado a urna legislação e orientação administrativas, que reflitam uma inequívoca e predominante preocupação do desenvolvimento industrial do país.



Para que a planificação obtivesse sucesso também ser contemplada a questão da educação técnica do operariado que visava o aumento da produtividade, o aperfeiçoamento dos transportes para intensificação da produção e comércio e a criação de bancos industriais para dar apoio financeiro aos novos empreendimentos e aos já existentes. (SIMONSEN, [1944c] 1973; [1945] 1973).

A combinação de um protecionismo industrial e a execução de uma planificação nacional, para Simonsen, é o caminho para se poder superar o atraso econômico ao qual estava submetido o Brasil. Sua teoria adapta o uso do protecionismo ao contexto de uma nação de origem colonial e cujo desenvolvimento tem como obstáculo a fase monopolista do capital.

4. Conclusão

No decorrer do seu processo de formação o Brasil enfrentou uma série de dificuldades ligadas à colonização, que a relegou uma estrutura econômica e social arcaica com baixa produtividade e um nível de desigualdade que fez com que a maior parte da população ficasse desamparada. Essa herança colonial impôs ao país uma barreira para seu desenvolvimento, que foi ampliada como a chegada do capitalismo à fase monopolista.

As exigências de alta concentração de capital e a concorrência de países imperialistas por seus mercados fez com que o desenvolvimento brasileiro não pudesse reproduzir o modelo implementado pelos países da via tardia. A partir da compreensão desses problemas, e os limites que o capitalismo enfrentava para progredir no Brasil, Roberto Simonsen elaborou uma teoria que combinava as necessidades nacionais, com a tradição protecionista e as inovações na gestão do Estado próprias da década de 1930.

Simonsen compreende, a partir do exemplo da Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, que o desenvolvimento nacional passava pela industrialização, além disso, que a mesma dependia do protecionismo. Com isso, defendeu que se adotasse no país uma política alfandegária que o defendesse da concorrência de mercadorias estrangeiras que poderiam sufocar a produção nacional. O protecionismo industrial, entretanto, não seria na sua visão benéfico apenas para este setor específico, pois o desenvolvimento causado pela industrialização traria benefícios também para a agricultura e o comércio.



O efeito final do protecionismo, desta forma, seria o fortalecimento do mercado interno como um todo e a diminuição da pobreza mediante ao aumento do emprego e da renda. Entretanto, Simonsen entende que o protecionismo por si mesmo não seria capaz de resolver a deficiência produtiva e as dificuldades sociais acumuladas durante séculos de colonização. Com isso ele recorreu à planificação econômica que vinha sendo implementada de forma eficiente na União Soviética como forma de desenvolver o mercado interno e nos Estados Unidos para diminuir os efeitos da crise.

Sua proposta passava pela atuação do Estado na criação de infraestrutura e na criação de indústria de bens de capital, que devido ao nível de acumulação do capital privado nacional não era possível ser criadas de forma espontânea. O Estado brasileiro então deveria elaborar planos quinquenais com o objetivo de realizar obras, conceder crédito, proteção, formar indústrias fornecedoras de insumos básicos e equipamentos para implantação do parque industrial nacional.

O plano também coordenaria a ação privada para direcionar os empreendimentos para regiões adequadas, com mercado de trabalho e possibilidade de fornecimento de matérias primas. Além disso, devido às disparidades regionais, também evitaria que se concentrassem apenas em áreas onde o mercado interno já estava desenvolvido para não permitir que algumas partes do país se desenvolvessem enquanto outras permanecessem em estado de pobreza.

Outro ponto importante é a profissionalização da população através da popularização de cursos técnicos, para preparar trabalhadores para as vagas de emprego que surgiram. Como o país possuía baixo nível de renda, esse plano deveria contar com ajuda do capital internacional através de empréstimos, Simonsen propõe então uma mudança na lógica de funcionamento da entrada de capitais internacionais no país os subordinando aos interesses nacionais ao serem direcionados para áreas prioritárias para o desenvolvimento industrial.

Assim, enquanto o protecionismo evitaria que a concorrência destruísse as indústrias nacionais e asfixiasse o mercado interno, o planejamento criaria o ambiente necessário para que a iniciativa privada prosperasse com a criação de novos empregos, aumento na renda nacional e diminuição da pobreza do país. Aliados, o protecionismo e o planejamento conduziram o país a superação de suas raízes coloniais e para sua independência econômica e política.



5. Referências Bibliográficas

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

JURGENFELD, Vanessa. **Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado: criatividade e contraposição a interpretações neoclássicas**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2018.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

OLIVEIRA, Carlos Alonso. **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo, SP: Unicamp, 2004.

PRADO JR., Caio. A teoria moderna do desenvolvimento econômico... In: Esboço dos fundamentos da teoria econômica. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b.

RODRIGUES, Carlos Henrique; JURGENFELD, Vanessa. Deterioração dos termos de troca e industrialização protegida: o pioneirismo de Simonsen. GEOSUL (UFSC), v. 35, p. 106-131, 2020.

RODRIGUES, Carlos Henrique. A Questão do Protecionismo no Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín 2005 (Dissertação (Mestrado)).

SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, Roberto. (1943) Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial (Conferência Pronunciada a 8 de outubro de 1943 no Auditório dos Serviços Hollerith, no Rio de Janeiro). In: SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.



SIMONSEN, Roberto. (1944a) A planificação da economia brasileira. In: SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, Roberto. (1945). Congresso brasileiro da indústria. In: SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, Roberto. (1947) Devem pleitear as nações latino-americanas sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas aspirações (discurso pronunciado na 26ª Reunião do Conselho de Produção e Comércio, que se reuniu em Petrópolis, em outubro de 1947).

SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, Roberto. (1948) Direito Internacional social. In: SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, Roberto. (1939) Evolução industrial do Brasil. In: SIMONSEN, R. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, Roberto. (1944b) Indústria e agricultura (discurso pronunciado na Associação Comercial de Marília). In: SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, Roberto. (1944c) Indústria e capital estrangeiro (Título atribuído ao discurso pronunciado na Câmara Norte-americana de Comércio de São Paulo). In: SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, Roberto. (1928) Orientação industrial brasileira. In: SIMONSEN, R. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, Roberto. (1937) Possibilidades da expansão industrial brasileira (reprodução do “Parecer apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior, em 27 de setembro de 1937, relatando os resultados do inquérito efetuado no país, em fins de 1937). In: SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**;



XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA
ECONÔMICA & 15ª CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS
VARGINHA, 15 A 17 DE NOVEMBRO DE 2021



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, Roberto. (1940) Recursos econômicos e movimentos das populações (Tese apresentada ao 8º Congresso Científico América em Whashington). In: SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.